



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Termo de Referência nº 2035625/2025 - SEMUS

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.001906/2024	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde de São Luís - MA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.	
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR ESTIMADO: R\$ 87.622,23 (Oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos.)	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: R\$ 100,00 (cem reais)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	QUANTIDADE DE LOTES: 01
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: LOTE	FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: CONTÍNUA E ININTERRUPTA
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: NÃO	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços para cobertura de seguro total de veículos com assistência técnica 24 (vinte e quatro horas) para as ambulâncias habilitadas do serviço de atendimento móvel de urgência SAMU 192 REGIONAL SÃO LUÍS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1. A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I parte integrante deste Termo de Referência.

1.3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

1.3.2. Considerando a natureza de serviço contínuo do objeto contratado, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, o contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses, e, excepcionalmente, por até 10 (dez) anos, conforme art. 107 da referida lei.

1.3.3. A prorrogação de que trata o item 1.2.1. é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para nenhuma das partes.

1.3.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.3.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.3.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.3.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE

1.4.1. A vigência da apólice de seguro deverá ser de 12 (doze) meses, com início à 00h00min do dia da assinatura do contrato e término às 23h59min do último dia do período de 12 (doze) meses, coincidindo, assim, com a vigência do contrato.

1.5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

1.5.1. A prestação dos serviços de seguro será de caráter contínuo e ininterrupto, garantindo assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atender às necessidades da frota do SAMU, conforme detalhado neste Termo de Referência.

1.5.2. O objeto do presente contrato, consubstanciado na prestação de serviço de seguro para as ambulâncias da Contratante, será recebido após a emissão e a entrega da apólice de seguro pela CONTRATADA, conforme as especificações e condições estabelecidas no tópico 8 deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação de seguro de veículo pela Administração Pública visa resguardar o patrimônio público, que, numa perspectiva subjetiva, é formado pelos bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. No âmbito do SAMU 192, de modo a assegurar o cumprimento das exigências do Ministério da Saúde, que solicita que seja providenciado, de imediato, o seguro total dos veículos habilitados na frota do SAMU192, conforme regulação do Serviço de Atendimento móvel de Urgência instituída através da Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012, Art. nº 27.

2.1.2. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), componente fundamental da Política Nacional de Atenção às Urgências – Prt. Nº 1.600 de 07 de julho de 2011, tem como objetivo socorrer a vítima em tempo hábil após ocorrência da emergencialidade, de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, que possa levar a sofrimento, a sequelas ou até mesmo à morte. O SAMU é um serviço pré-hospitalar gratuito, que funciona 24h, por meio da prestação de orientações e do envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo tridígito "192" e acionado por uma Central de Regulação das Urgências, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível. Os atendimentos são realizados no município de São Luís, em diversos locais: residências, locais de trabalho, vias públicas, entre outros, e conta com equipes que reúnem médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores socorristas.

2.1.3.A Contratação do seguro visa garantir a proteção do interesse público, em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além garantir a integridade do patrimônio público, recursos humanos e usuários dos serviços da SEMUS, considerando-se que os veículos estão sujeitos a acidentes;

2.1.4.A necessidade da contratação, se justifica por não haver contrato vigente. Dessa forma a contratação de uma empresa especializada não só proporcionará segurança no caso de envolvimento em sinistros, como também cobrirá eventuais danos ocasionados pelos veículos segurados, bem como os custos das despesas de transporte dos veículos até a oficina referenciada, as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, além das possíveis perdas dos bens móveis e da preservação e/ou recomposição do patrimônio público.

2.2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.2.1.A presente demanda está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, conforme publicado no Portal Nacional de Contratos Anuais – PNCP, <https://pncp.gov.br/app/pca/06307102000130/2025/75>, como também, atende os objetivos e planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, permitindo uma visão de longo prazo e favorecendo que a instituição antecipe as demandas, garanta a continuidade das operações e atenda efetivamente aos requisitos de segurança e uniformização.

2.3. DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO POR LOTE

2.3.1.O julgamento da licitação deverá ser por lote único para melhor gestão dos contratos, tendo em vista que os serviços serão executados por um único fornecedor, dada a complexidade de realizar a divisibilidade do objetivo da licitação por tratar-se de prestação de serviços.

2.3.2.A licitação para contratação do objeto em único lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e até mesmo aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um totó unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao logo dos serviços, porque fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

2.3.3.Ademais, justifica-se a necessidade do agrupamento dos itens, por integrar itens de uma mesma natureza e guardarem relação entre si.

2.3.4.Ressalte-se ainda, que o agrupamento trará maior economia de escala, considerando que “deve o gestor se atentar para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeitos contrários, ou seja, aumento de preços”. (Licitações & Contratos – Orientação e Jurisprudência do TCU, 4ª Edição revista, ampliada e atualizada, p. 226, Brasília, 2010).

2.3.5.Dessa forma, a escolha pelo agrupamento visa garantir uma melhor operacionalização, consequentemente sua perfeita contratação, pois a solução adotada, não restringe e não prejudica a competitividade em razão da existência de várias empresas prestarem o serviço a que se pretende contratar, trazendo interesse de um número maior de licitantes para o certame, considerando ainda que “lidar com o menor número de prestadores de serviço diminui o custo administrativo de gerenciamento de o todo processo de contratação”.

2.3.6.Ante ao exposto e, no caso em questão é mais vantajoso para a administração, considerando a viabilidade técnica e econômica, o critério de julgamento por lote para a contratação considerando que a prestação dos serviços com emissão de apólices por várias empresas, em caso de licitação por item, implicaria na gestão de vários contratos, o que inviabiliza o princípio da economicidade e

eficiência, podendo gerar prejuízo na execução contratual.

2.3.7.O objeto da Licitação deverá ser prestado por uma única empresa, que deverá emitir as apólices e prestar os serviços especificados.

2.3.8.Dessa forma justifica-se a aquisição através de lote único.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DE COTA EXCLUSIVA ME EPP

3.1. O rol de pessoas jurídicas excluídas do regime diferenciado as que exercem atividade de seguro privado, conforme inciso VIII do § 4º, art. 3º da Lei 123/2006, vejamos:

Art 32. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas jurídicas, conforme o caso, desde que:

§ 4 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar, (grifo nosso).

3.2. Dessa forma, não será admitida cota exclusiva para ME EPP para esta contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Conforme conceito extraído do Manual de Licitações do Tribunal de Contas da União – TCU, 5ª edição, Págs. 270/273, a solução “é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação.”

4.2. A solução pode ser composta por partes que serão contratadas e outras que não serão contratadas, seja porque a Administração já as possui ou porque não são passíveis de contratação.

4.3. Em outras palavras, um único estudo pode resultar em mais de uma licitação ou processo de contratação direta. Assim, é importante apresentar a solução como um todo para assegurar, em todas as contratações relacionadas a uma mesma solução, o pleno entendimento acerca do objeto e da finalidade da contratação pelos potenciais fornecedores e das demais partes interessadas (sociedade, órgãos de controle etc.)

4.4. No presente caso, informa-se a necessidade da contratação de empresa especializada em seguro de veículos, por se tratar de uma normativa do Ministério da Saúde, o qual configura como requisito para manutenção da transferência regular do recurso de custeio do ente federal, dispondo o seguinte: pois, visa garantir proteção aos bens públicos contra danos, evitando prováveis prejuízos que possam impossibilitar a continuidade de suas atividades.

4.5. Os requisitos fundamentais para esta contratação devem seguir os parâmetros de eficiência e eficácia na entrega dos serviços, pois trata-se de aquisição de apólices de uso comum, conforme o disposto na Lei 14.133/2021, essa obtenção é de natureza continuada.

4.6. Além disso, a eventual interrupção da entrega das apólices pode comprometer a continuidade das atividades de emergência junto a população do Município de Saúde de São Luís – MA.

4.7. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, indicada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- 4.7.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto;
- 4.7.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- 4.7.3. Raio e suas consequências;
- 4.7.4. Incêndio e explosão;
- 4.7.5. Queda em precipícios e pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- 4.7.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 4.7.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 4.7.8. Granizo;
- 4.7.9. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 4.7.10. Garantia a veículos terceiros (RCF) /Danos materiais e corporais de terceiros;
- 4.7.11. Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV);
- 4.7.12. Atos danosos praticados por terceiros, exceto aqueles não indenizáveis regulamentados pela SUSEP;
- 4.7.13. Indenizar integralmente a Contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE – mínimo 100% (cem por cento) para os veículos segurados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024):

5.1.1. Na presente contratação não serão indicadas marcas.

5.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

5.2.1. Não serão exigidas amostras.

5.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

5.3.1. Não será exigida carta de solidariedade.

5.4. CONSÓRCIO

5.4.1. É admitida a participação de consórcios.

5.5. CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5.2. É vedada à CONTRATADA a cessão, total ou parcial, do objeto deste contrato, bem como a transferência de direitos e obrigações a ele inerentes, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual.

5.5.3. A cessão de posição contratual, nos termos do Art. 3º da Lei nº 15.040/2024, dependerá da autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, que verificará a capacidade técnica, a idoneidade econômico-financeira e a regularidade fiscal da empresa cessionária, nos mesmos termos exigidos para a empresa contratada.

5.6. COOPERATIVAS

5.6.1. É admitida a participação de cooperativas, desde que suas atividades sejam compatíveis com o

objeto licitado.

5.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que, não se aplica a nenhuma hipótese prevista no inciso I do referido decreto.

5.8. IMPACTOS AMBIENTAIS e MEDIDAS MITIGADORAS

5.8.1. A presente contratação não apresenta possibilidades relevantes na ocorrência de impactos ambientais, quando da entrega das apólices que serão disponibilizadas eletronicamente.

5.8.2. Para os serviços cobertos pelo seguro, os impactos poderão acontecer se houver prejuízo no descarte de peças e insumos substituídos, bem como no vazamento de líquidos que possam emitir poluentes na atmosfera.

5.8.3. Dessa forma, faz-se necessário, quando da ocorrência do sinistro, que sejam realizados os descartes de acordo com as normas ambientais para o descarte de peças automotivas e de quaisquer resíduos, conforme previsto na Lei nº 12.305/210, evitando danos ao meio ambiente.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A prestação dos serviços de seguro será de caráter contínuo e ininterrupto, garantindo assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atender às necessidades da frota do SAMU, conforme descrito no Apêndice I.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.2.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

6.2.1.2. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% poderão ser aplicados neste contrato.

6.2.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

6.2.1.4. Prestar os seguintes serviços:

6.2.1.5. Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas que tem por finalidade o atendimento do veículo segurado e seus ocupantes, em emergências, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica. O seguro deve oferecer cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor e será válida em todo o município de São Luís, abrangendo um raio de 200km fora de sua jurisdição, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo;

6.2.1.6. Socorro mecânico emergencial no local do acidente;

6.2.1.7. Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado, pela distância mínima de 200 km;

6.2.1.8. Transporte dos ocupantes do veículo para a origem ou destino;

6.2.1.9. Serviço de chaveiro;

6.2.1.10. Troca de pneus;

6.2.1.11. Envio de combustível;

6.2.1.12. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão;

6.2.1.13. Cobertura por perda parcial do veículo segurado;

6.2.1.14. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros;

6.2.1.15. Indenizar integralmente a Contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE (mínimo 100 (cem) por cento para os veículos segurados);

6.2.1.16. Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em casos de acidentes;

6.2.2.DA APÓLICE:

6.2.2.1. Entregar, no prazo de até 15 dias corridos, após contrato devidamente assinado e recebimento da ordem de serviço devidamente assinada, emitida pelos fiscais do contrato designados através de portaria desta secretaria de saúde, a Apólice de Seguro, contendo todos os dados estabelecidos no presente Instrumento Convocatório, além de outros que se fizerem necessários em face das disposições legais pertinentes;

6.2.2.2. No caso de sinistro, a Seguradora deverá prestar assistência no prazo, máximo, de 02 (duas) horas, contadas do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo fiscal da contratação designado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme discriminação dos serviços neste Termo de Referência.

6.2.2.3. Em caso de sinistro com perda total, roubo ou furto, a seguradora contratada poderá entregar a esta SECRETARIA, como indenização, um veículo com as mesmas características do veículo sinistrado, roubado ou furtado, ou indenizá-la pecuniariamente sobre o valor de mercado, conforme tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, referente à semana de ocorrência do sinistro e demais especificações referente as peculiaridades das obrigações da VENCEDORA que se encontram neste Termo de Referência, no prazo máximo de até 30 dias úteis a partir da comunicação do sinistro, exceto nas situações previstas nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 87 da Lei nº15.040/2024 de 09 de Dezembro de 2024, em que os prazos possam ser suspensos ou prorrogados.

6.2.2.4. A Seguradora responsabilizar-se-á, também, pelas despesas extraordinárias com traslado, hospedagem de condutor e passageiros do veículo.

6.2.2.5. A Empresa Contratada se obrigará a fornecer, em caso de acidente, incêndio, roubo/furto, dentre outros sinistros, meio de transporte apropriado e equivalente para que o condutor e os ocupantes do veículo retornem à esta SECRETARIA.

6.2.2.6. Os prejuízos resultantes de sinistros serão indenizados pela importância segurada fixada na apólice.

6.2.2.7. A indenização devida, em caso de sinistro, ficará limitada à importância segurada fixada na apólice e o reembolso deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a apresentação, à Seguradora, da documentação e laudos exigidos por lei, exceto nas situações previstas nos parágrafos 3º, 4º e 5º do art. 87 da Lei nº15.040/2024 de 09 de dezembro de 2024, em que os prazos possam ser suspensos ou prorrogados.

6.2.3.DA INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL

6.2.3.1. O Seguro deverá prever um valor de indenização por danos materiais ou corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios conforme segue: O valor estipulado para indenização a terceiros por danos materiais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O valor estipulado para indenização a terceiros por danos corporais será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

6.2.3.2. A legislação e normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) estabelecem que o prazo para pagamento da indenização é de 30 dias corridos, contados a partir da entrega de todos os documentos solicitados pela seguradora.

6.2.3.3. Em casos de seguros com maior complexidade na apuração da cobertura, a SUSEP pode autorizar a extensão do prazo de pagamento, desde que não exceda 120 dias.

6.2.4.DA INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE (APP)

6.2.4.1. O Seguro deverá prever um valor de indenização por morte ou invalidez permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal/legal de ocupantes dele no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

6.2.4.2. Os subitens 6.1.5.4 à 6.1.5.11 deverão cumprir com o disposto no arts. 87 e 88 da Lei nº 15.040/2024 de 09 de dezembro de 2024 que preceitua:

Art. 87. Reconhecida a cobertura, a seguradora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para pagar a indenização ou o capital estipulado.

§ 1º Os elementos necessários à quantificação dos valores devidos devem ser expressamente arrolados nos documentos probatórios do seguro.

§ 2º A seguradora ou o liquidante do sinistro poderão solicitar documentos complementares, de forma justificada, ao interessado, desde que lhe seja possível produzi-los.

§ 3º Solicitados documentos complementares dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo, o prazo para o pagamento da indenização ou do capital estipulado suspende-se por no máximo 2 (duas) vezes, recomeçando a correr no primeiro dia útil subsequente àquele em que for atendida a solicitação.

§ 4º O prazo estabelecido no caput deste artigo somente pode ser suspenso 1 (uma) vez nos sinistros relacionados a seguros de veículos automotores e seguros de vida e integridade física, assim como em todos os demais seguros em que a importância segurada não exceda o correspondente a 500 (quinhentas) vezes o salário-mínimo vigente.

§ 5º A autoridade fiscalizadora poderá fixar prazo superior ao disposto no caput deste artigo para tipos de seguro em que a liquidação dos valores devidos implique maior complexidade na apuração, respeitado o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias.

§ 6º O valor devido apurado deve ser apresentado de forma fundamentada ao interessado, não podendo a seguradora inovar posteriormente, salvo quando vier a tomar conhecimento de fatos que anteriormente desconhecia.

Art. 88. A mora da seguradora fará incidir multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido, corrigido monetariamente, sem prejuízo dos juros legais e da responsabilidade por perdas e danos desde a data em que a indenização ou o capital segurado deveriam ter sido pagos, conforme disposto nos arts. 86 e 87 desta Lei.

6.2.5.DA FRANQUIA

6.2.5.1. Os valores referentes às franquias dos veículos (casco e vidros) deverão considerar a modalidade “Franquia fixa Reduzida”.

6.2.5.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

6.2.5.3. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas

exclusivamente em função dos valores dos prêmios de cada item.

6.2.5.4. Considera-se franquia para vidros o somatório de valores referentes a serviços de substituição de: para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores.

6.2.5.5. A franquia será paga diretamente à empresa prestadora do serviço de reparo. Para tanto, a Contratada deverá encaminhar, juntamente com a apólice e o manual, relação atualizada das empresas credenciadas ou outro documento que comprove a parceria comercial existente entre as duas empresas, observando o prazo e as condições estipuladas neste Termo de Referência.

6.2.5.6. Atender às determinações regulares do Gestor do Contrato designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, assim como as de seus superiores.

6.2.5.7. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.2.5.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.2.5.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.2.5.10. Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

6.2.5.11. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.

6.2.5.12. Os custos com substituição de produtos apresentados em desacordo com as especificações técnicas, correrão por conta da Contratada.

6.2.5.13. Quando da formalização do instrumento de contrato poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, nos termos da lei e do Edital.

6.2.5.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

6.2.5.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto.

6.2.5.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.2.5.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.2.5.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.6. DO RECONHECIMENTO DE COBERTURA E PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES:

6.2.6.1. A CONTRATADA deverá obedecer, integralmente, às disposições da Lei nº 15.040/2024, especialmente no que se refere ao reconhecimento da cobertura (Art. 87 e seus parágrafos) e ao pagamento de indenizações. O contrato deverá prever expressamente a aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da indenização, além de juros de mora, em caso de mora securitária, nos termos do Art. 88 da referida lei.

6.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.3.1. São obrigações do Contratante além das constantes todas as obrigações deste termo de referência, edital e seus anexos;

6.3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;

6.3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3.1.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

6.3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.1.6. Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.3.1.7. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

6.3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

- A) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;**
- B) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela contratada;**
- C) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da contratada;**
- D) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;**
- E) demandar a funcionário da contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;**
- F) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada.**

6.3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

6.3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.3.1.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.3.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

6.3.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.3.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.4. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.4.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

6.4.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.4.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os

contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.4.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.4.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.4.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.4.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.4.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.4.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.4.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.4.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.4.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6.5. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.5.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- e) fraudar a licitação.
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.5.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- g) der causa à inexecução parcial do contrato;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- i) der causa à inexecução total do contrato;
- j) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- k) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- l) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

m) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

n) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.5.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência

II. Multa:

a. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias úteis;

b. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.1. O descumprimento ou cumprimento irregular do contrato, incluindo a inobservância de prazos, pode levar a Administração a promover a extinção do contrato. Essa ação deve ser formalmente motivada e assegurar o contraditório e a ampla defesa do contratado, conforme previsto no inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

c. compensatória de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III. Impedimento de licitar e contratar

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

6.5.4. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.5. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.5.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.5.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.5.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.5.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.10. O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.5.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.5.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a

Administração.

7.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.7.6. A fiscalização do contrato continuará durante toda a sua vigência, incumbindo ao fiscal acompanhar se a apólice permanece ativa e se a CONTRATADA cumpre com suas obrigações de indenização em caso de sinistro, conforme as condições gerais e particulares da apólice. A fiscalização será contínua para garantir que o serviço de cobertura securitária esteja sempre disponível.

7.8. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.8.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. GESTOR DO CONTRATO

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o

art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9.5. O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. não produzir os resultados acordados,

8.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

8.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

8.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

8.5. DO RECEBIMENTO:

8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5.6. Para fins de recebimento provisório e atesto da execução, o fiscal do contrato verificará a conformidade da apólice entregue, atestando, no mínimo:

a) A correspondência dos valores segurados, coberturas e vigência com as exigências contratuais;

- b) A inclusão de todas as ambulâncias especificadas no Termo de Referência;**
- c) A ausência de cláusulas restritivas não previstas no Edital que possam comprometer a cobertura do seguro.**

8.5.7. Após a verificação e a constatação da conformidade, o fiscal do contrato emitirá um documento de atesto de recebimento e execução do serviço, que servirá de base para a autorização do pagamento correspondente ao valor total do prêmio, conforme estabelecido no contrato.

8.5.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.5.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.5.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.5.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.5.15. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.16. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.5.17. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.5.18. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.5.19. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto,

para efeito de liquidação e pagamento.

8.5.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.5.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6. LIQUIDAÇÃO

8.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.6.3.1. o prazo de validade;

8.6.3.2. a data da emissão;

8.6.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.6.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.6.3.5. o valor a pagar; e

8.6.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.6.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.6.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.6.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.6.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.7. PRAZO DE PAGAMENTO:

8.7.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis (30), contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.8. FORMA DE PAGAMENTO

8.8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.9. DO REAJUSTE

8.9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.9.2. Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO por LOTE para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se no conceito de serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de PREGÃO ELETRÔNICO.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.1.4. Será adotado o modo de disputa ABERTO / FECHADO.

9.1.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

9.1.6. Do quantitativo mínimo a ser cotado, de acordo com o artigo 82, inciso II da lei nº 14133/2021.

9.1.6.1. Devem ser consideradas as quantidades mínimas de 100% (cem por cento) do solicitado.

10. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

10.1. QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.3. Certidão conjunta expedida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.1.4. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.1.5. Certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, (Débitos Fiscais e Dívida Ativa).

10.1.6. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro do seu prazo de validade.

10.1.7. CNDT – Certidão de Negativa de Débito Trabalhista.

10.1.8. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

10.1.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.2.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações

contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

10.2.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.2.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

10.2.4.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.2.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.2.5.1. A exigência de índices está se limitando à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato.

10.2.5.2. Ressalta-se, ainda, que os índices e valores solicitados são usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira pela corte suprema de contas do Brasil. Ademais, não está sendo exigida a comprovação de rentabilidade ou lucratividade, através dos índices, mas, tão somente, a demonstração que a licitante será capaz de arcar com o contratado pela administração.

10.2.5.3. Assim, os índices adotados são capazes de indicar se a empresa possui recursos disponíveis (bens e direitos realizáveis a curto prazo) para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo. Logo, eles medem a solvência da empresa, inclusive medem a capacidade da empresa para saldar suas dívidas. O Índice de Liquidez Corrente (LC), em especial, é o índice que reflete a situação dos compromissos financeiros de curto prazo em face ao ativo realizável de curto prazo. A relação deve ser superior a UM (1), pois assim demonstra que a empresa possui recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros vencidos a curto prazo. Observa-se que se o índice obtido for igual a um, demonstra a capacidade de solvência necessária para cumprir com seus compromissos de curto prazo. E quando superior, indica folga para tomada de decisões.

10.2.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.2.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.1. Para fins de habilitação técnica, será exigido o seguinte documento:

10.3.2. Certidão de Licenciamento emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando o registro da empresa naquele órgão e sua aptidão para exercer atividades junto ao mercado segurador e, ainda, que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

10.3.2.1. Tal exigência justifica-se tendo em vista que a SUSEP é o órgão regulador do mercado de seguros no Brasil e, para que uma empresa possa atuar neste mercado, ela precisa obter o licenciamento.

10.3.2.2. A Certidão de licenciamentos fornece informações básicas sobre as características e abrangência da autorização para operar da supervisionada, indicando suas eventuais limitações de atuação e/ou funcionamento.

10.3.3. Para fins de habilitação, deverá a licitante apresentar comprovação de aptidão para atendimento do objeto da licitação, através de um ou mais atestados de capacidade técnica, compatíveis com as características, quantidades e prazos previstos neste Estudo Técnico Preliminar em que houver prestado ou que esteja prestando, satisfatoriamente, o serviço, objeto da licitação.

10.3.4. O(s) atestado(s)/certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 87.622,23 (oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A dotação orçamentária para custear a referida despesa é:

12.2. Unidade Orçamentária: 15901

12.3. Projeto Atividade: 1030202232.203

12.4. Natureza da Despesa: 3.3.90.39

12.5. Fonte de Recursos: 1621000000; 1600000000; 1500001002.

13. DOS APÊNDICES

13.1. Integra este termo de referência:

APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária.

São Luís, 15 de agosto de 2025.

ELABORAÇÃO:

Luciana Costa Silva
Técnica SUMAPA / SEMUS
Matrícula: 66.833

Diego de Jesus Abreu Mota
Coordenador de Compras e Registro
Matrícula: 48.111

APÊNDICE I
PLANILHA DESCRITIVA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE CUSTOS - PROCESSO Nº 15901.001906/2024 - LOTE ÚNICO						
LOTE ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	CATSER	QUANT. APÓLICES	PREÇO FINAL (MEDIANA)	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72

2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72

4	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72
5	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72

6	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72
7	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72

8	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72
9	<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2019</p>	Serv.	30127	1	R\$ 6.208,72	R\$ 6.208,72

10	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: FORD TRANSIT RAYTEC AM ANO: 2023	Serv.	30127	1	R\$ 5.680,58	R\$ 5.680,58
11	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: FURGÃO RENAULT MASTER ANO: 2024	Serv.	30127	1	R\$ 5.698,60	R\$ 5.698,60

12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2024	Serv.	30127	1	R\$ 6.788,19	R\$ 6.788,19
13	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2024	Serv.	30127	1	R\$ 6.788,19	R\$ 6.788,19

14	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA COBERTURA DE SEGURO TOTAL DE AMBULÂNCIAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 (VINTE E QUATRO HORAS), PARA AS AMBULÂNCIAS HABILITADAS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU192 REGIONAL SÃO LUÍSMÁ. - MARCA / MODELO: MERCEDES SPRINTER ANO: 2024	Serv.	30127	1	R\$ 6.788,19	R\$ 6.788,19
VALOR TOTAL						R\$ 87.622,23



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 15/08/2025, às 12:23, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **2035625** e o código CRC **91F668E7**.